

## **Boa tarde camaradas, amigas e amigos**

O discurso dominante tem sido: *“A crise deve-se à indisciplina orçamental das governações anteriores e ao despesismo das famílias portuguesas, acusadas de viverem acima das suas possibilidades”*. Este discurso, levado à exaustão pelo governo e pelos comentadores que o apoiam, procura descredibilizar as posições críticas e alimentar a auto-culpabilização, de modo a neutralizar a resistência às políticas de austeridade e às ditas “reformas estruturais” que apenas destroem os direitos laborais e sociais.

É preciso lembrar que a situação a que chegámos não foi uma situação do acaso. A União Europeia, durante muitos anos financiou Portugal para deixar de produzir em várias áreas – pescas, agricultura, indústria... Também fomos financiados para dismantelar os têxteis, porque esta situação interessava à Alemanha e à China.

Portugal orientou os investimentos públicos e privados em função das opções da União Europeia: em função dos fundos comunitários, em função dos subsídios que foram dados e do crédito que foi proporcionado. Houve, portanto um comportamento racional em função de uma política induzida pela União Europeia. Em suma, toda uma política errada, não só por Portugal, mas pelo conjunto dos países da UE.

De facto, os portugueses não têm vivido acima das suas possibilidades, antes, muito abaixo do nível médio do europeu; senão, veja-se: em 2011, a média do custo laboral da hora de trabalho na UE era de 27,6€, enquanto em Portugal era de 12,1€! Também em 2010, cerca de 63% das famílias não tinham qualquer dívida aos bancos ou a outras instituições financeiras; quanto aos restantes, muitos deles, tinham contraído dívidas devido à necessidade de adquirir casa. Como é possível virem hoje afirmar que as famílias foram “despesistas”?! Não nos queiram “castigar” por hábitos de consumo exagerados! Não merecemos esse castigo, pois as razões invocadas são falsas.

Na verdade, quem é que, nas últimas décadas, tem vivido muito acima das suas possibilidades? A classe política que nos tem governado e os seus "boys". A esta situação, tal como no Brasil, junta-se a epidemia da corrupção. Os exemplos sucedem-se e com responsáveis bem nossos conhecidos: a Expo 98, o Euro 2004, a compra dos submarinos, o BPN, as parcerias público-privadas, as Swaps, os colégios GPS... E quais são as consequências? Os sacrifícios por que hoje todos estamos a passar.

Não à auto-culpabilização e à inevitabilidade.

Sim, à exigência da eliminação dos privilégios que nos arruinam.

Sim à renegociação das parcerias público-privadas.

Sim à revisão dos juros da dívida pública...

Sim a outras soluções possíveis.

**Não podemos permitir que penalizem mais os trabalhadores!**

Agora, o governo – na defesa deste projecto sobre o “roubo” das pensões – utiliza argumentos falsos ou meias verdades impedindo que se vá ao âmago da questão, impedindo que se encontrem as soluções mais adequadas e necessárias, com o objectivo, mais uma vez, de ver se aceitamos as novas medidas e desistimos da luta. O governo tenta, assim, manter a ideia da inevitabilidade associada à inércia!

Com estas medidas dos roubos das pensões, o governo pretende alterar o Estatuto da Aposentação, utilizando um novo refrão como coro da tragédia: "Não é por ideologia, é por necessidade" que propõe estas medidas! É neste contexto que “ocupa” 18 páginas deste projecto com uma “Exposição de Motivos”, onde só alude a premissas falsas ou enviesadas, que é exatamente o que lhe convém para tentar demover-nos da acção e condicionar as decisões do Tribunal Constitucional.

Vejamos alguns exemplos que apresentam:

- **Estas medidas serem transitórias**, para revertê-las será necessária “(...) a verificação cumulativa das seguintes condições: a) O produto Interno Bruto tenha um crescimento nominal anual igual ou superior a 3%; b) O saldo orçamental esteja próximo do equilíbrio, não inferior a –0,5% do Produto Interno Bruto” . Alguém acredita nisto? O que pretende o governo? Tentar transmitir ao Tribunal Constitucional que são medidas não definitivas.

- **A necessidade da convergência entre o valor das pensões dos aposentados do sector público e do privado**. Na verdade a convergência teve o seu início em 1993 e deu-se-lhe continuidade em 2005. Mas, agora, o governo – para atingir os seus objectivos, repito – propõe-se alimentar uma “guerra” entre os trabalhadores do público e do privado.

- **As dificuldades financeiras da Caixa Geral de Aposentações (CGA)**. Os aposentados descontaram durante toda a vida de trabalho para as pensões a que têm direito, foi o Estado que não efectuou, para a CGA, as transferências a que está obrigado por lei, sendo esta uma das principais causas do “buraco” financeiro da CGA. Para ocultar as verdadeiras causas, esta e outras, alimenta outra “guerra”, agora entre gerações.

**O governo pretende, com os novos cortes, para além do seu carácter definitivo, aplicá-los retroactivamente às pensões que já estão a ser pagas e, ainda, aos futuros aposentados.** Apresentou também aos parceiros sociais, uma proposta que pretende alterar o Factor de Sustentabilidade, que reduzirá de uma forma inimaginável as pensões futuras.

**Todos estamos a sofrer cortes sobre cortes! De facto, estamos a viver um momento de ataque brutal aos direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa e conquistados ao longo de anos.**

**Para onde nos quer levar o governo?**

As medidas propostas têm como principal objectivo substituir uma Segurança Social – universal e assente em direitos – por outra de carácter assistencialista, acabando deste modo por beneficiar o sector financeiro, através da generalização dos Fundos Privados de Pensões.

**Mas estas medidas não são inevitáveis, como nos pretendem fazer crer. A CGTP e os seus sindicatos defendem propostas para garantir a sustentabilidade do Sistema de Segurança Social, tais como:**

- Fazer-se um esforço sério para recuperação das dívidas à Segurança Social
- Combater eficazmente a evasão e fraude contributivas
- Modernizar e diversificar o sistema de financiamento da Segurança Social
- Romper com a política de Direita.

**Mas isto só pode ser conseguido com a participação activa de todos os aposentados e trabalhadores, em unidade com as suas organizações sindicais.**

**A FENPROF, embora já faça este trabalho de organização dos aposentados para a luta, irá realizar uma Conferência Nacional de Aposentados, em Novembro, para aprofundar a sua organização e apresentar um caderno reivindicativo dos docentes aposentados. Entretanto, estão previstas várias acções no combate contra a CES.**

**Unidos com os nossos sindicatos lutemos na defesa dos nossos direitos e contra todos os “roubos”! Assim será possível construir a vitória!**

**CONTINUEMOS A LUTA.**